Reagrupamento Revolucionário

rr4i.org [Nº 17] rr-4i@krutt.org

ARGENTINA: A LUTA DE CLASSES SOB O GOVERNO MILEI

É preciso superar o peronismo e a burocracia sindical para salvar a classe trabalhadora da ruína

Por Ícaro Kaleb, fevereiro de 2024

Em fins de 2023, dados econômicos alarmantes da Argentina estamparam todos os jornais. O ciclo final do governo Alberto Fernandez incluiu uma inflação anual que chegou a 143% (outubro de 2023), a terceira maior do mundo. O dólar americano havia saltado a quase 400 pesos argentinos, enquanto em 2018 valia 63. O PIB argentino está com uma estimativa de queda de 2,5% em 2023 (houve queda de 4,9% no segundo trimestre do ano).

O salário mínimo tornou-se o segundo pior da América Latina, decaindo em comparação ao do Brasil por conta da inflação relativa ao dólar. Atualmente, equivale a US$ 132, enquanto no Brasil é US$ 261 (Revista Piauí). O mercado paralelo tem crescido, especialmente para transferência de dólares, já que os bancos só permitem retiradas de 200 dólares mensais por pessoa.

Essa devastação econômica tem atingido prioritariamente a classe trabalhadora, que tem sofrido um empobrecimento a olhos vistos. A pobreza atingiu a faixa de 40% da população (quase 20 milhões de pessoas). Chegou a 42% em 2021 (durante a pandemia), sendo que era já 32% em 2018.

> "O problema da insegurança alimentar nos lares com menos recursos afeta inclusive a capital, a cidade mais rica: 7,5% das famílias portenhas correm o risco de passar fome, segundo o Observatório da Dívida Social da Universidade Católica Argentina. Na área metropolitana que cerca a cidade, um dos maiores cordões

urbanos de pobreza, o panorama é muito pior e alcança 27,6% das famílias." (El País)

Quais são as causas da crise?

Para Milei e um vasto espectro da direita neoliberal argentina, os culpados são os subsídios estatais, incluindo aos mais pobres, aos pequenos comerciantes, e os "plano de ajuda" imediatos, considerados eleitoreiros, e que chegam a 2% do PIB. Porém, grande parte da burguesia industrial é também dependente desses subsídios e estima-se que na totalidade, eles não atinjam mais que 7% do PIB argentino (Valor Econômico). Alguns economistas falam de uma cifra maior, até talvez 14% do PIB, mas mesmo isso é muito pouco para justificar a catástrofe econômica.

Para o peronismo kirchnerista, a culpa está no mais recente empréstimo tomado do FMI: um montante de 44 bilhões de dólares por parte do governo Macri em 2018, e a nova dívida que foi reestruturada durante o governo peronista Fernandez-Christina Kirchner. A crise se deveria então ao agravamento da dívida por conta disso, limitando o investimento, e com o qual o governo Fernandez não conseguiu arcar. Mas por que não conseguiu? E além disso, esses 44 bilhões são apenas parte dos 276 bilhões (em US$) totais da dívida argentina.

Para nós, marxistas, o que está evidenciado pela atual catástrofe econômica é a crise do projeto do peronismo "estabilizador" de Nestor (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015), seguidos pelo hiato do direitista Mauricio Macri (2015-2019) e do novo governo kirchnerista de Alberto Fernandez (2019-2023). O peronismo kirchnerista foi a força política dominante depois da grande crise de 2001, das manifestações e ações massivas do povo no "Argentinaço", decorrente da quebra fiscal e no qual houve trocas sucessivas de governo até a convocação de novas eleições.

O "modelo" kirchnerista foi baseado em subsídios, cooptação social, subordinação ao FMI e outros órgãos internacionais, aceitação da "austeridade" neoliberal, institucionalidade, baixo investimento industrial e dependência da própria burguesia industrial por subsídios. O modelo "funcionou" num ciclo de crescimento relacionado à alta de commodities de exportação (especialmente os cereais) e a um aquecimento dos grandes mercados internacionais compradores.

Como exemplo de que a política kirchnerista não representou nenhum questionamento à política de subordinação ao FMI, basta ver os últimos pagamentos de juros da dívida pelo governo Fernandez ao Fundo, que foram possíveis por tomada de crédito chinês a juros mais baixos: US$ 1.2 bilhão em 6 de outubro, US$ 640 milhões em 12 de outubro, US$ 673 milhões em 31 de outubro. (Poder 360). Com o pagamento feito, as reservas de dólares do Banco Central argentino chegaram ao nível mais baixo desde 2006, com cerca de US$ 22 bilhões.

Ou seja, a atual crise argentina tem como base a inserção subordinada e produção primária do país na divisão internacional produtiva imposta pela dominação imperialista, que a deixa refém de preços das commodities. Bem como da manutenção dos altos juros e pagamento das dívidas ao FMI e suas imposições, que garantem uma "austeridade" constante que impede investimentos produtivos. Não houve "tsunami de investimento estrangeiro" como foi alardeado por Macri em seu governo. O país caiu em "estagflação" da qual não saiu até agora, e que foi agravada durante a pandemia de COVID-19, mas que se manteve depois.

No atual momento, a direita argentina clama por um aumento do potencial repressivo, para dar base a uma redução dos subsídios sociais, que sequer pensa em cortar completamente (só Milei sinalizou nesse sentido, mas já recuou). A classe dominante platina estuda um viés bonapartista, embora não fale abertamente de ditadura (por enquanto). Inclusive Massa se comprometeu com o aumento da segurança interna. Ou seja, a burguesia argentina em todas as suas frações principais não apresenta uma solução de fundo para a verdadeira causa da crise. Nem sequer uma paliativa, como no passado. Sequer esboça a necessidade de romper com o FMI, com as restrições econômicas impostas, ou de

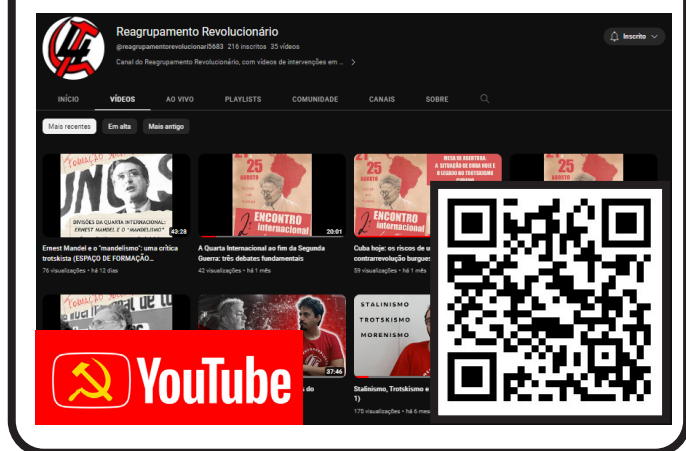
Nº 17 - 1º Semestre de 2024

Reagrupamento Revolucionário

Atuamos no Rio de Janeiro, São Paulo, Foz do Iguaçu e Porto Seguro. Entre em contato!

rr4i.org
rr-4i@krutt.org
facebook.com/reagrupamento
youtube.com/@reagrupamentorevolucionari5683

PIX para contribuições:

Escaneie esse QR code para acessar nosso canal no YouTube e assistir a um vídeo com o conteúdo desse artigo:

redistribuição maciça da riqueza para além dos subsídios.

A crise econômica argentina e a situação degradante do povo trabalhador no nosso país vizinho colocam abertamente a necessidade de superar a classe dominante e o governo Milei para preservar a dignidade e obter igualdade e prosperidade. Isso exige superação do caos econômico e da dependência à dominação imperialista.

As eleições de 2023

Nas eleições se apresentaram Javier Milei, economista ultraconservador, defensor do “livre mercado”, que concorreu pela coalizão La Libertad Avanza (LLA). O seu principal opositor foi Sergio Massa, peronista que voltou ao Partido Justicialista depois de uma ruptura entre 2013-2019. Massa foi candidato da coalizão encabeçada pelos peronistas, Unión por la Patria (UP), a mesma de Alberto Fernandez, que estava no poder. Ele era o ministro da economia de Fernandez desde 2022 e foi amplamente responsabilizado pela crise. Houve também a candidata da direita argentina neoliberal mais tradicional e macrista, Patricia Bullrich, que representou a coalizão Juntos por el Cambio (JxC).

Massa havia deixado o Partido Justicialista (peronista) em 2013 para fundar a Frente Renovadora, concorrendo às eleições de 2015 e colaborando inicialmente com Macri após sua vitória. Regressou depois aos peronistas, mas isso diz muito sobre seu perfil econômico e social. A proposta de Massa era o peronismo assumir um programa econômico conservador e garantir “estabilidade”. Ele é um entusiasta do “direito absoluto de Israel à sua autodefesa” e chegou a apoiar Guaido na sua pretensão de presidente da Venezuela em 2019. Disse no Twitter em fevereiro de 2019 que “A saída para a #Venezuela é mais democracia, não menos. O tempo de Maduro acabou e Guaidó deve ser visto como um líder responsável e paciente que busca a reconciliação e evita conflitos.” Não menos que Milei, portanto, Massa também possuía um claro alinhamento com Washington.

Milei, por sua vez, é uma figura ridícula, que tem como principal cabo eleitoral sua irmã vidente de tarô, e se comunica com seu cachorro morto, Conan, e já fez aparições fantasiado de super-herói “Capitão ANCAP”, para “luta contra os keynesianos e coletivistas que ferram nossas vidas”. Milei se popularizou com o símbolo de motosserra para lutar contra a “casta” política que seria responsável pelo atraso do país, vendendo-se como um “outsider”. Dentre suas propostas de campanha estiveram a extinção do banco central, privatização das empresas estatais; cortes de impostos, subsídios e benefícios sociais; dolarização plena da economia (sem reservas?); demissões em massa do serviço público; extinção de ministérios, rompimento de relações com China e Brasil (!).

Foi apoiado por setores direitistas tradicionais da burguesia por ser contra as políticas chamadas de “populistas” do peronismo, que aqueles consideram demasiado custosas. Mas, se fosse aplicado, o seu programa econômico levaria à liquidação de vastos setores da burguesia e da indústria argentina do dia para a noite. Um mercado livre eliminaria a maior parte do que resiste da indústria, que depende de subsídios diretos ou indiretos extraídos, de uma forma ou de outra, dos setores produtivos mais lucrativos da agroindústria via impostos e políticas estatais. Isso levaria a um aprofundamento sem precedentes da crise, dependência e um recuo econômico brutal em médio prazo, apesar de em curto prazo poder haver aumentos dos lucros do setor do agronegócio devido à queda de impostos.

Milei perdeu o primeiro turno por uma pequena margem para Massa. Mas, devido ao apoio de Bullrich como forte terceira colocada, virou e ganhou o segundo turno por 56% contra 44% de Massa nos votos válidos. O Congresso argentino se renovou

Milei e seu gabinete de neoliberais reacionários

A força da greve de 24 de janeiro mostrou a disposição de luta do proletariado argentino

parcialmente, mantendo parte dos deputados e senadores eleitos em 2021 e trocando outros. A coalizão de Milei cresceu bastante, mas não conseguiu nem arranhar um número suficiente para conseguir maioria, nem na Câmara dos Deputados, nem no Senado:

Das 257 cadeiras da Câmara dos Deputados da Argentina:

* 105 são do “Unión por la Patria”, coalizão peronista que foi derrotada por Milei;
* 92 são do “Juntos por el cambio”, direita macrista que apoiou Milei no 2º turno;
* 39 são do “La Libertad Avanza”, partido do novo presidente;
* 8 com a “Tercera Vía”;
* 5 com a “Frente de Izquierda y de los Trabajadores”;
* 8 cadeiras estão com outros partidos.

No Senado, os 72 assentos estão distribuídos da seguinte forma:

* 33: Unión por la Patria;
* 24: Juntos por el cambio;
* 7: La Libertad Avanza;
* 3: Tercera Vía;
* 5: Outros.

Ou seja, Milei não poderia ter chance de governar sem o apoio dos setores de direita antiperonista mais tradicional. É um político débil, delirante, apoiado pragmaticamente pelos políticos da direita argentina, tolerado pelo peronismo oficial (veja-se o reconhecimento de sua vitória e o passamento da faixa presidencial). Ele vai tentar avançar o ultraliberalismo destruidor de condições sociais para desonerar de impostos os setores do agronegócio e manter em dia todos os pagamentos ao FMI.

Porém, seu programa real será algo muito mais apropriado aos setores “realistas” do grande capital e longe de seus “radicalismos” mais absurdos, tal qual romper com seus principais parceiros comerciais – Brasil e China – por serem “esquerdistas”. Nisso, não se diferenciará muito do “enquadramento” pelo qual passaram Bolsonaro e Trump. Não conseguirá aprovar nada no Parlamento sem apoio da direita tradicional do Juntos por el Cambio e em parte até de setores do peronismo.

Os primeiros 2 meses do governo Milei

Uma das primeiras ações de Milei foi realizar um “novo entendimento” e empréstimo junto ao FMI. Ao justificar o acordo, o FMI disse ter chegado a um acordo com as autoridades argentinas sobre um “conjunto reforçado de políticas para restaurar a estabilidade macroeconômica do país e colocar o programa [de dívida com o FMI] de volta ao caminho certo”. (G1). Ou seja, recebeu garantias de novos planos de austeridade, abertura e liberalização econômica. Esse órgão dos grandes capitais imperialistas rapidamente prestou todo seu apoio à grotesca figura do novo presidente argentino, enchendo-o de elogios:

> “A nova administração já está implementando um ambicioso plano de estabilização, ancorado em uma grande consolidação fiscal inicial, juntamente com ações para reconstruir reservas, corrigir desalinhamentos de preços relativos, fortalecer o balanço do banco central e criar um sistema mais simples”, escreveu o FMI. (G1)

Imediatamente se oficializou um bloco no parlamento e no gabinete presidencial da coalizão LLA de Milei com o Juntos por el Cambio de Bullrich e Macri. Isso não pareceu ser um problema para Milei, apesar do fato de que eles obviamente são figuras da “casta” política que ele disse que ia combater. Seu ministro da economia, Luís Caputo, é um ex-Presidente do Banco Central de Macri.

Houve uma super desvalorização do câmbio, com o dólar passando a valer 800 pesos (e com ainda maior desvalorização desde então). “A ideia, segundo o ministro da Economia, é estimular que setores produtivos tenham incentivos adequados para aumentar sua produção” (Blog Seu Dinheiro). Isso significa um enorme estímulo para o agronegócio exportador, que foi o único setor que não teve exportações nem importações restringidas no plano de controle inflacionário.

Uma semana após o início do governo, em 17 de dezembro, a Casa Rosada anunciou a publicação de um Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) com uma série de desregulamentações, privatizações, “liberalização” dos preços e “reformas” laborais que atingem o conjunto dos trabalhadores. O DNU atinge as perspectivas de investimento em praticamente todas as áreas sociais, proíbe aumentos do serviço público num país com uma inflação galopante, liberaliza as taxações para o comércio exterior e proíbe direitos de greve e manifestação. O decreto muda mais de 300 leis em questão la-

boral-administrativa, embora algumas tenham sido barradas pela Justiça e estão para ser julgadas.

Dentre outras coisas, inclui: processo de privatização das estatais via transformação em empresas de sociedade anônima; liberação do aumento dos alugueis sem controle; libera das exportações sem limites; eliminação do controle de preços de itens básicos; redução e, em alguns casos, eliminação dos subsídios de gás, energia e transporte; ilegalização de greves em uma ampla gama de setores que passam a ser considerados "serviços essenciais"; proibição em geral de piquetes que paralisem o trabalho; aumento do período de experiência no trabalho para até 9 meses (em vez de 3); diminuição da multa das empresas por demissões sem justa causa. O decreto integral pode ser lido em: https://jornalggn.com.br/noticia/a-integra-do-mega-decreto-de-javier-milei/

Trata-se de um ataque direto aos trabalhadores, ao povo e aos que protestam, com Milei ameaçando de cortar o benefício social de qualquer um que fosse a manifestações, inclusive os desempregados que estão nas organizações piqueteiras. Simultaneamente, a recém-empossada Ministra da Segurança, Patrícia Bullrich, anunciou o seu "protocolo" que proíbe os bloqueios de estradas e os bloqueios de piqueteiros, e mesmo de marchar nas ruas. Bullrich afirmou que iria multar essas organizações no equivalente ao custo da cobertura policial. Zombou depois da marcha de 10 mil pessoas no dia do envio do decreto, no qual houve forte repressão. Apesar disso, tem havido "cortes de rua" recorrentes, tornando essa parte do decreto letra morta, embora não tenha sido revogado. Tem havido também panelaços semi-espontâneos em vários bairros e cidades da região da província de Buenos Aires.

Diante da demora judicial em analisar algumas das medidas, o que bloqueou parte do DNU, Milei lançou a "Lei Ônibus", que buscava alterar ou cancelar cerca de 600 leis, além de conferir poderes autônomos à presidência, para legislar por um ano, de forma praticamente independente do Congresso. Seria um ano de "reinado" para Milei. Mais uma vez, há imensos ataques contra os direitos conquistados dos trabalhadores, inclusive planos de debilitação dos sindicatos, controle maior sobre as aposentadorias pelo Executivo, privatização de empresas como as Aerolineas Argentinas e os Correios. O envio da Lei Ônibus ao Congresso ocorreu ainda no apagar das luzes do ano, em 27 de dezembro de 2023.

Houve inclusive setores do peronismo que apoiaram criticamente a lei, devido à liberdade maior de exportação de produção alimentícia. 3 deputados aliados do governador peronista de Tucumán romperam de última hora com a Unión por la Patria e formaram o pequeno bloco "Independência", que se somou ao setor do Congresso que "dialoga" com Milei, encabeçado pelo Juntos por el Cambio. Antes já haviam rompido com a UP outros 3 deputados eleitos por Salta para ter liberdade de posicionamento fora do bloco peronista.

A Lei Ônibus chegou a ser aprovada em 3 de fevereiro, após uma sessão parlamentar de três dias marcada por inúmeros protestos do lado de fora. Porém, diante do fato de que ela seria claramente "desidratada" na votação das emendas, que retirariam vários dos itens da Lei, e de haver divergências internas mesmo dentro do La Libertad Avanza de Milei em alguns pontos, estes resolveram retirar a Lei de votação.

O texto aprovado, com menos de 400 dos 664 artigos propostos pelo governo, manteve esses pontos centrais, mas eliminou por inteiro as reformas fiscal e eleitoral, por exemplo. Os trechos excluídos tinham relação com temas como trabalho, imposto de renda, reajuste das aposentadorias, taxas a importações e exportações, energia e pesca. (...)

A lista de empresas que podem ser privatizadas também foi reduzida de 41 para 27 até o momento. a petroleira YPF foi uma das retiradas, enquanto a Aerolíneas Argentinas, os Correios e a Companhia de Água e Saneamento (AYSA) foram mantidas. Outras três (banco, telecomunicações e energia nuclear) só poderão ser privatizadas parcialmente. (Folha de São Paulo).

A retirada da Lei sinaliza novamente e fraqueza deste governo e o enorme "bater de cabeças" da classe dominante argentina diante da crise sem precedentes. Só uma coisa parece unir a classe burguesa argentina: seus representantes estão buscando aumentar o seu arsenal repressivo e chamando o povo e os trabalhadores para um vale-tudo aberto, usando diversas táticas de intimidação e ameaças. Depois, alegarão que se trata de "desordeiros" e "violentos" quando houver reações à sua postura.

A esquerda argentina

A maior força de esquerda da Argentina (quer dizer, à esquerda do peronismo burguês), é a Frente de Izquierda y de los Trabajadores – Unidad (FIT-U), cuja candidata à presidência nas eleições de 2023 foi Myriam Bregman (PTS). A FIT-U é composta por 4 partidos que se reivindicam trotskistas: PTS, PO, IS e MST. Obteve 2,7% dos votos na eleição presidencial. A FIT se formou desde 2011, quando teve suas primeiras coligações. Ampliou sua composição, mas recuou eleitoralmente do melhor resultado geral que obteve, em 2015, quando teve 3,23% dos votos nacionalmente para presidente, que equivalia a 812 mil eleitores. No parlamento, as eleições de 2021 foram a que obteve mais êxito, elegendo 4 deputados.

Programaticamente, a FIT-U se tornou mais

difusa, sem propostas claras de como resolver a crise capitalista, embora tenha em comum a denúncia dos principais blocos burgueses. Carece, porém, de um plano de ação e de luta, restringindo-se a uma frente eleitoral. Essa crítica tem sido feita corretamente por algumas correntes de fora da FIT-U e que não a apoiaram eleitoralmente, como a Política Obrera de Jorge Altamira (rompimento do Partido Obrero) e a COR. Atualmente, a FIT-U tem 5 deputados (1 eleito em 2023 e 4 em 2021 – 4 do PTS / organização irmã do MRT / Esquerda Diário no Brasil e 1 do Partido Obrero).

Demonstração da divisão das suas forças foram os posicionamentos no 2º turno entre Milei e Massa. O MST (organização irmã do grupo Revolução Socialista/PSOL) e a IS (irmã da CST do Brasil) chamaram voto em Sergio Massa. Já o PTS e o PO chamaram o voto em branco. Inicialmente, porém, o PTS lançou uma declaração com frases ambíguas, como a que dizia que "desde já chamamos a não votar em Milei", mas dizia também não dar nenhum apoio a Massa. Um de seus deputados, Nicolás del Caño, esclareceu depois que isso significava o voto em branco.

Tal posicionamento foi curioso, considerando que em situações similares no passado, todos esses partidos ou suas organizações irmãs votaram pelo "menos pior", cedendo às pressões oportunistas dos setores da esquerda burguesa. Todos eles chamaram voto em Haddad em 2018 e em Lula em 2022 no Brasil, quando concorriam contra Bolsonaro (incluído o MRT/PTS e também Jorge Altamira, ex-dirigente que hoje diz criticar o eleitoralismo do Partido Obrero). No caso desse mesmo Partido Obrero, que foi o que chamou voto nulo de forma mais clara na Argentina de 2023, já apoiou além do PT no Brasil, também Gabriel Boric no Chile e o ex-presidente golpeado do Peru, Pedro Castillo, e também Evo Morales na Bolívia. Ou seja, o PO tem um longo histórico de apoio a candidatos capitalistas "progressistas".

Os parlamentares da FIT-U têm criticado no Congresso o DNU, a Lei Ônibus e a repressão sofrida pelos piquetes e manifestações dos trabalhadores. Eventualmente, caem em linhas legalistas, ao argumentar que se trata apenas de "protestos pacíficos" e que Milei "desrespeita a Constituição". Tentaram bloquear as votações da Lei Ônibus apontando que "não se pode ter sessões parlamentares enquanto ocorre repressão".

A esquerda argentina, especialmente a que tenha ambições revolucionárias, enfrenta um momento de clara intensificação repressiva. Deve resistir! É o país do continente americano com a vanguarda proletária mais numerosa e organizada. Nós, do Brasil, devemos estar atentos a campanhas de solidariedade contra a repressão sofrida e em defesa dos militantes e ativistas nossos irmãos de classe. Haverá oportunidades, mesmo em tal difícil situação. Para isso, é crucial a existência de um autêntico partido revolucionário dos trabalhadores da Argentina, que hoje não existe. Um partido como esse precisa ser forjado superando os vícios políticos que afetam mesmo a esquerda radical argentina. São esses vícios:

1) a expectativa passiva em mobilizações puxadas pelas centrais sindicais dominadas e dependentes do peronismo. Deve-se participar das lutas por elas convocadas, é claro, mas é preciso crescente audácia na organização de mobilizações próprias, de preferência em uma frente única das organizações proletárias combativas (partidos, sindicatos, associações, comitês de bairro). A burocracia sindical não vai organizar um "grande plano de lutas" que possa derrotar Milei. Querem a volta eleitoral do peronismo;

2) o seguidismo à perspectiva parlamentar-

ESPAÇO DE FORMAÇÃO SOCIALISTA

Venha estudar coletivamente no espaço organizado pelo Reagrupamento Revolucionário com ***encontros online mensais****.*

Todos mês escolhemos um tema que conecta ***formação teórica*** *com* ***ação revolucionária****.*

Mais informações em nosso site: **RR4i.ORG**

-judicial. Esperar que os ataques terríveis de Milei e da burguesia contra o povo trabalhador sejam barrados pelos tribunais ou pelo Congresso é um beco sem saída. É claro que algumas das medidas serão barradas – pois não são do interesse da própria classe dominante. Mas pode-se confiar que essas instituições do Estado vão aceitar e tutelar o arrocho contra o povo para "solucionar a crise" (para os ricos e capitalistas). A aprovação da Lei Ônibus no dia 3 pela Câmara (ainda que depois tenha sido retirada) é um testemunho cabal disso;

3) a aposta em um programa de Assembleia Constituinte. Esta foi a consigna principal de todas as correntes da FIT-U na grande crise de 2001 (quando a Frente de Izquierda ainda não existia). Essa demanda é uma reivindicação democrática útil em cenários ditatoriais, mas que deve ser integrada a um programa dos trabalhadores contra o capital e não ser vista como uma consigna para supostamente "resolver a crise" – ela não é capaz disso. A AC é sempre um órgão burguês. Vemos aonde levou no Chile após as grandes manifestações de 2019: um desvio para o Parlamento, enrolação e frustração das lutas, desmobilização e rejeição de todas as reivindicações relevantes da classe trabalhadora. Em vez disso, é necessário um programa de reivindicações transitórias, que mobilize crescentemente o povo para um confronto com o FMI, os banqueiros e a grande burguesia.

O que fazer depois da greve e protestos de janeiro?

No dia 24 de janeiro foi convocado um dia de greve geral pelas maiores centrais sindicais argentinas, por iniciativa da CGT (Confederação Geral do Trabalho) e apoiada pela CTA-A e CTA-T (Central de Trabajadores de la Argentina Autónoma e Central de Trabajadores de la Argentina de los Trabajadores). Houve manifestações de solidariedade em cerca de 10 países, inclusive em 5 cidades no Brasil. Mais de 150 mil manifestantes na província de Buenos Aires e mais 150 mil no restante do país.

Tratou-se de um efetivo "paro nacional", mas limitado a 12 horas (do meio-dia à meia-noite). Em alguns setores, durou apenas por 6 horas, como nos transportes, que decidiram só paralisar das 19h à meia-noite, para "não causar transtornos". Isso é sintoma de um sindicalismo rotineiro, atrelado ao peronismo, que pretende aceitar a legalidade do governo Milei e só desgastá-lo. Nisso, age de forma muito similar ao sindicalismo burocrático do Brasil, inclusive e principalmente o da CUT. Claramente era possível ter feito uma greve geral de enfrentamento, Pois existia disposição entre os trabalhadores, se assim ela tivesse sido construída, em torno de uma direção consequente.

Gigantesca marcha em defesa da educação pública, em 2 de abril - as lutas continuam

Mas a estratégia da CGT e das CTAs é de pressionar os parlamentares peronistas e a "oposição que dialoga" (liberais) com o discurso de "A pátria não se vende" para derrotar a avalanche de medidas neoliberais, e de fazer pressão com esperanças de que a Justiça vai barrar as medidas de Milei. No dia 31 de janeiro, quando entrou em votação novamente a Lei Ônibus, houve novos protestos, mas sequer acompanhados de greves, e os líderes da CGT escolheram convocar sua manifestação em frente ao prédio da Suprema Corte. No dia 24 a Justiça havia bloqueado a constitucionalidade de algumas medidas, mas as demais seguiram para votação no Congresso.

Cabe citar também que a greve de um dia de 24 de janeiro ocorreu quase um mês depois do anúncio da "Lei Ônibus", em 27 de dezembro. Escolheu-se esperar até a data em que a Lei seria colocada em votação no Parlamento para fazer a greve, atrelando-a inteiramente ao parlamentarismo (dominado pelos que "dialogam" com o governo). Embora a Lei tenha sido depois retirada, a sua aprovação parcial em 3 de fevereiro mostra o fracasso dessa expectativa no Congresso dominado por ladrões. Houve encontros dos sindicatos mais à esquerda na "Plenária do Sindicalismo Combativo", com representantes críticos à direção da CGT, mas esta não tirou um plano próprio de luta.

A decadência econômica e social da Argentina tem a ver com a condução de um capitalismo periférico no qual a classe dominante de conjunto (incluído o peronismo) aceita tal papel. A burguesia, ao buscar manter seu status contra o povo, assume um indivíduo bizarro como Milei como presidente, para perseguir sua necessidade de tirar do povo o pouco que lhe resta em termos de benefícios, para poder economizar com impostos, direitos trabalhistas e obrigações. A marca dessa classe dominante e das suas instituições é a submissão ao sistema imperialista internacional (via FMI) e que levará o país e

os seus trabalhadores a uma ruína ainda maior nos próximos anos se esse plano seguir. O "modelo" peronista também está visivelmente esgotado: aderiu ao consenso de privatizações parciais, da miséria extrativista e agroexportadora e a submissão ao grande capital. Qual é a saída?

Uma solução no interesse dos trabalhadores passa por romper com o modelo produtivo capitalista periférico atual, expandindo a industrialização do país com controle operário e em condições dignas, rompendo a profunda desigualdade, além de sair do foco nas exportações do agronegócio. Essa solução exige o não-pagamento da dívida ao FMI e o necessário suporte e solidariedade dos trabalhadores de outros países a tal rompimento, no que será necessário também o controle centralizado do sistema bancário, que deve ser unificado num Banco único sob controle da classe trabalhadora. Para que os recursos possam sair das mãos dos grandes magnatas e dos interesses imperialistas e estejam nas mãos dos que efetivamente produzem as riquezas. A revolução social não é uma mera opção, mas uma necessidade, visto que o atual regime e sistema social são incapazes dessas medidas.

Por uma frente única entre os partidos de esquerda e setores sindicais e populares combativos, que trace um plano de enfrentamento ao governo Milei!

Por um partido revolucionário da classe trabalhadora! É preciso superar o kirchnerismo/peronismo.

☭

*Escaneie o QR code para acessar um **APÊNDICE** com diversas **polêmicas** que já publicamos com a esquerda argentina:*

CONSTRUIR UMA RESPOSTA AO BOLSONARISMO

Mobilizar nosa classe, sem nenhuma confiança no governo do PT!

Fevereiro de 2024

Acuado pelas recentes investigações que provavelmente levarão à sua prisão e de seu círculo mais íntimo, Bolsonaro e seus aliados estão chamando por manifestações em sua defesa para o fim de fevereiro. Querem com isso demonstrar força. Embora esteja num momento de defensiva, mais de 100 parlamentares, e pelos menos 3 governadores disseram que iriam à manifestação de Bolsonaro em São Paulo. Vamos encarar os fatos: é indiscutível que o bolsonarismo, como fenômeno de extrema-direita, possui imensa infiltração nas polícias, nas forças armadas, no judiciário e em vários poros do Estado,

além de apoio de parte significativa da população.

Frente ao período de enormes retrocessos e ataques aos trabalhadores, indígenas, sem-terra e às classes populares, muita gente enxergou na vitória de Lula uma esperança de mudança em suas condições de vida e na realidade do país como um todo. Mas, numa conjuntura de crise capitalista de longa data e de uma vitória sustentada sobre a conciliação de classes, essa “grande mudança” não vai acontecer. E apesar de ter se passado apenas um ano, já vemos sinais disso. Se o bolsonarismo não for destruído, é uma questão de tempo até tentar outra investida histórica, seja nas eleições ou pelo golpismo.

Entretanto, o PT e as forças que apoiam seu governo estão deixando tal tarefa inteiramente a cargo do STF e da Polícia Federal. Sabemos que as Polícias e as Forças Armadas não farão uma limpa completa nos golpistas e criminosos, ou teriam suas lideranças expurgadas, pois são corrompidas até a medula. O STF, embora vise o bolsonarismo por ter se visto ameaçado, tampouco é uma força aliada dos trabalhadores, visto seus muitos julgamentos e aceitação das medidas de Bolsonaro durante seu governo.

O petismo se baseia na ideia de colaboração com essa classe dominante podre do Brasil e seus sócios imperialistas, no Estado e em confiança na Justiça. Por isso, não vai se esforçar para levar até o fim a palavra de ordem de “Sem Anistia!”. O resultado é que no máximo sofrerá punição o círculo mais íntimo de Bolsonaro. Enquanto isso, há ex-colaboradores do Bolsonarismo nos próprios ministérios do governo Lula! É por isso que, nos movimentos sociais, as entidades e partidos que apoiam o governo Lula estão jogando para debaixo do tapete a urgente tarefa de organizar fortes manifestações em resposta a essa provocação de Bolsonaro.

Para destruir o bolsonarismo de verdade, é necessário um grande movimento de luta. Criticamos os partidos e movimentos que se colocam como satélites do governismo petista em sua perspectiva legalista de confiar e depositar expectativas na Justiça. Em vez disso, chamamos pela formação de frentes únicas de luta em cada cidade, reunindo partidos de esquerda, movimentos e organizações da classe trabalhadora e dos setores populares, a começar pela construção de fortes marchas anti-bolsonaristas no mês de março, para fazer frente a qualquer tentativa do bolsonarismo levantar a cabeça.

- Formar frentes únicas de luta dos partidos e movimentos da classe trabalhadora e do povo! Organizar manifestações anti-bolsonaristas já!

- Nenhuma confiança no governo do PT, que concilia com os grandes capitalistas, neoliberais e tem ex-bolsonaristas até nos seus ministérios!

O que o governo Lula está fazendo?

O Congresso Nacional está dominado por raposas que atendem aos interesses dos grandes empresários, e loteado por partidos fisiológicos ou alinhados com forças reacionárias. Enquanto a Reforma Agrária segue parada, vivemos um massacre no campo. A crise yanomami segue ceifando vidas e mineradores/latifundiários estão organizados provocando uma carnificina invisibilizada. Isso 1 ano depois da revelação do plano genocida do governo Bolsonaro de abandono dessas populações para favorecer o garimpo ilegal. O governo Lula não é capaz de oferecer políticas que mudem de maneira profunda a realidade nacional.

O Arcabouço Fiscal, aprovado sem dificuldades e capitaneado por Haddad, diminuirá muito o investimento público, depositando nas Parcerias Público Privadas o papel de desenvolvimento econômico esperado pelo governo. Enquanto anunciam o baixo índice de desemprego, fingem esquecer que Bolsonaro alterou o parâmetro para indicar os “ocupados” em geral e que, com a reforma trabalhista do governo Temer, o subemprego mal pago e de péssimas condições passou a ser a regra.

Na área da educação, o governo Lula entregou o MEC a radicais neoliberais totalmente alinhados às grandes corporações e seus braços políticos, como a Fundação Lemann e o Todos Pela Educação. Seguindo o desejo dos empresários do setor, manteve o Novo Ensino Médio, apesar de ter feito algumas mudanças. Apesar de ter aberto alguns concursos e aumentado a verba do MEC, ao longo de 2023 realizou vários cortes no orçamento original, totalizando 564 milhões, redirecionados para outras áreas, inclusive para verbas dos parasitas do “centrão”. Nas universidades públicas, tem sido sentidos os efeitos desses cortes, com falta de professores, bolsas de assistência e infraestrutura. Isso impacta diretamente

Escaneie o QR code para acessar nossa intervenção no ato DITADURA NUNCA MAIS no Rio de Janeiro, em 1º de abril.

na possibilidade de alunos e alunas trabalhadores conseguirem se formar, gerando grande evasão. E mesmo assim não vemos a UNE organizar mobilizações. Muito pelo contrário. Defendemos:

- Pela revogação dos ataques nas "Reformas" trabalhista e previdenciária feitas por Temer e Bolsonaro!

- Luta para que as entidades estudantis e sindicais sejam independentes dos governos e reitorias! Nossas entidades tem que ser instrumentos de luta contra os ataques à educação pública, de onde quer que partam!

- Revogação total do "Novo Ensino Médio". Contra os cortes de verbas do governo Lula no MEC! Expansão já das verbas para garantir novos concursos, auxílios estudantis e infraestrutura (bandejão, alojamento, prédios novos)!

Breve lição de história sobre os governos petistas

Desde seu primeiro governo, Lula e o PT colocaram em prática políticas sociais pautadas aceitas pelo "mercado" (os grandes acionistas de bancos e representantes do sistema financeiro internacional). O Bolsa Família como fomento ao consumo; Prouni e FIES auxiliando enormes monopólios na educação; Minha Casa Minha Vida em parceria com construtoras e instituições financeiras; desonerações fiscais generosas para grandes empresas e empréstimos subsidiados via BNDES criando as "Campeãs Nacionais". Essas políticas, apesar de populares, pouco mudaram a realidade de desigualdade do nosso país. Pelo contrário, mascararam um processo de acumulação gigantesco, estimularam uma visão individualista sobre o ascenso social (a famigerada "nova classe média"), enquanto cresciam as ideologias do "empreendedorismo".

Nestes anos, o processo de cooptação promovido pelo PT destruiu a pouca independência existente nos sindicatos, sua política de atrelamento do aumento do salário-mínimo condicionado à inflação serviu para pacificar os ânimos com reajustes, embora muito abaixo do mínimo necessário para suprir as necessidades de uma família da classe trabalhadora. Essa política foi mantida pelos governos Temer e Bolsonaro. No movimento estudantil esse processo não foi diferente, com a UNE e UBES servindo como cabos eleitorais dos governos petistas, enquanto ataques promovidos contra a educação passaram sem resistência.

Quando a crise capitalista bateu na porta, especialmente no segundo governo Dilma, mesmo as medidas de reformas e concessões ficaram impraticáveis, com a crescente cobrança da classe dominante a quem o governo do PT se aliava por menos investimentos sociais e mais isenções, liberalização das condições de trabalho, retirada de direitos trabalhistas e previdenciários. Isso foi realizado mais rapidamente após o golpe de 2016, mas, já em 2015, Dilma estava comprometida com tais "ajustes" via seu então Ministro da Fazenda, o banqueiro neoliberal Joaquim Levy. O PT aceita, ainda que com alguns retruques, o consenso neoliberal de "austeridade". Por isso nem fala mais em rever as reformas de Temer e Bolsonaro (trabalhista, previdenciária, terceirização).

Por esses e outros motivos, os trabalhadores não devem depositar qualquer esperança neste governo. Não lutar ativamente para barrar ataques e alcançar conquistas é nutrir uma ilusão que pavimentará caminho novamente para a extrema-direita numa virada próxima da história.

É preciso construir um partido que questione na raiz a precariedade do sistema capitalista, lutando contra a classe dominante que tem ódio do povo trabalhador. Ou seja, é preciso um partido revolucionário dos trabalhadores! Nós do Reagrupamento Revolucionário nos dedicamos a esse objetivo. Venha conhecer nossa organização pelo site RR4i.org

RUPTURA DE RELAÇÕES | *Após meses de debates, nós do RR nos vimos forçados a romper relações com o* **"Grupo Bolshevik-Leninist", da Austrália***, que abandonou as posições que haviam nos unido originalmente e optou por uma fusão com a "ICL".*

Escaneie o QR code para acessar nossa carta sobre o assunto:

FORTALECER A GREVE DA EDUCAÇÃO FEDERAL

Mobilizar as bases e construir frentes de ação junto aos movimentos sociais!

Lutar em defesa dos salários, carreiras e pela revogação do Novo Ensino Médio!

Maio de 2024

Desde o ano passado há mesas de negociação entre os sindicatos dos servidores federais e o governo acerca de reajuste salarial e reestruturação de planos de carreira. Em relação aos servidores federais da educação, o governo só apresentou enrolação nessas mesas e, no início desse ano, disse que não haveria recomposição salarial em 2024 e que concederia reajuste de 9% dividido em duas parcelas, em 2025 e 2026. Essa posição do governo é uma violação da própria legislação federal, que prevê recomposição anual dos salários em relação à inflação.

Hoje as perdas salariais dos educadores federais chegam a mais de 30% a depender da carreira, sendo os técnicos os mais prejudicados. Não à toa, foi justamente esse setor que puxou a greve atual, com os TAEs das universidades federais parando no começo de março por convocação da FASUBRA. Desde 3 de abril os docentes e TAEs dos Institutos Federais (representados pelo SINASEFE) também pararam, e os docentes das universidades federais (ANDES) se somaram em 15 de abril. Assim, temos hoje uma forte greve unificada dos trabalhadores e trabalhadoras da educação federal, que tem crescido a cada dia!

Além da pauta salarial e de reestruturação de carreira, essa greve inclui também a demanda de recomposição e expansão das verbas destinadas a educação, para que se garanta uma infraestrutura de qualidade e também recursos para, por exemplo, políticas de assistência e permanência estudantil. Nos últimos anos a educação federal sofreu com seguidos cortes, de forma que as verbas disponíveis retrocederam a patamares de mais de uma década atrás, sendo que hoje há muito mais unidades e estudantes atendidos pelas instituições federais. Isso significa um grave ataque contra o ensino público federal, que impõe uma profunda precarização.

A pauta inclui, ainda, a demanda de um "revogaço" das leis, instruções normativas, portarias etc. que afetam negativamente a educação e seus servidores e que foram postas em prática nos governos ilegítimos de Temer (que assumiu via golpe) e Bolsonaro (que assumiu via graves interferências da justiça no processo eleitoral, sobretudo a prisão de Lula). Entre as medidas mais urgentes de serem re-

vogadas está o Novo Ensino Médio, mudança imposta no governo Temer e que foi elaborada pelas grandes empresas privadas de educação para criar um fosso entre a qualidade do ensino privado e do público, com redução de matérias obrigatórias e introdução no currículo de verdadeiros absurdos, como aulas de brigadeiro e proselitismo neoliberal sobre “o sucesso financeiro só depende da sua vontade” (as disciplinas de “Projeto de Vida”).

Em relação às pautas orçamentárias, é uma tremenda cara de pau do governo Lula alegar que não há espaço no orçamento para recomposição das enormes perdas salariais, reestruturação das carreiras e recomposição das verbas da educação federal. Enquanto o talibã neliberal Fernando Haddad faz inveja em Paulo Guedes com seu “Arcabouço Fiscal” e sua “meta de déficit zero”, o governo segue liberando bilhões em verbas parlamentares para aprovar no Congresso projetos de interesse do grande empresariado, mantém as políticas de isenção fiscal para mega-empresas, não cobra a monstruosa dívida dos patrões com a União e, ainda por cima, concedeu aumento aos agentes da repressão, como a Polícia Federal. A postura do governo mostra que ele é um inimigo dos servidores da educação federal. Temos que ir para cima do governo para arrancar salários dignos! Além disso, construir uma forte greve também dará um recado a Lula e ao resto do governo, que desde a campanha eleitoral fala em fazer uma reforma administrativa que atacará direitos dos servidores públicos.

Mas esse governo é também um inimigo da própria educação pública. Pois, ao invés de atender às demandas de estudantes e educadores do país inteiro e revogar o “Novo Ensino Médio” de Temer e dos bilionários da educação privada, o MEC de Camilo Santa e Izolda Cela apenas deram uma repaginada no projeto original e encaminharam ao Congresso, onde já foi aprovado na Câmara e agora tramita no Senado. O MEC está tomado de representantes do capital, como o Todos Pela Educação e a Fundação Lemman, e por isso quer manter o Novo Ensino Médio. Cabe a nós impor ao governo e ao Congresso a sua revogação!

Com tudo isso, está bem claro de que lado esse governo samba: junto à burguesia, contra a classe trabalhadora. Apenas através da continuidade e fortalecimento da greve da educação federal é que vamos conquistar as pautas orçamentárias e derrubar ataques à educação pública como o “Novo Ensino Médio”. Por isso, é fundamental construirmos comandos de greve desde a base, que mantenham a pressão em cima do governo até atingirmos a vitória. É também uma tarefa central criar elos entre as instituições paradas e outros movimentos sociais para realização de panfletagens, debates públicos, passeatas, piquetes etc. em cada cidade, para que essa não seja uma “greve de pijama” como gostariam os defensores do governo dentro dos nossos sindicatos, como é o caso daqueles ligados ao PT, PCdoB, setores do PSOL e outros grupos governistas.

Essa situação toda também mostra que organizações como o PSOL e PCB, que falam que o governo Lula está “em disputa”, usam de má fé contra a classe trabalhadora, espalhando ilusões de que é possível trazer esse governo para nosso lado. O que temos que fazer é nos enfrentar contra esse e qualquer outro governo à serviço dos patrões, nos pautando pela total independência e construindo uma articulação nacional de movimentos sociais para proteger os interesses dos trabalhadores. Nesse sentido, fortalecer a greve da educação federal e estabelecer elos entre ela e outros movimentos é um passo fundamental para conquistarmos vitórias e fortalecermos a classe trabalhadora, criando uma situação favorável para uma transformação radical que permita termos um governo realmente ao lado da nossa classe: uma revolução socialista, que socialize os meios de produção e coloque os trabalhadores no poder através de um governo baseado em conselhos democráticos. ☭

ABAIXO AO GENOCÍDO DO POVO PALESTINO

O governo sionista de Israel segue realizando um verdadeiro genocídio, com o apoio financeiro e politico das grandes potências imperialistas. Defendemos a vitória da resistência palestina, sem apoiar politicamente os fundamentalistas islâmicos do Hamas e grupos afins. O governo Lula deve romper imediatamente relações com Israel! Apenas uma revolução socialista pode assegurar a convivência tranquila entre todos os povos da região!

Escaneie o QR code para ler nossa declarção:

O SOCIALISMO E A QUESTÃO CLIMÁTICA

Somente a revolução socialista pode salvar a humanidade da extinção causada pela ganância da burguesia!

Por Pedro Abreu, maio de 2024

Como vemos na atual tragédia no Rio Grande do Sul, as mudanças climáticas e suas consequências estão cada vez mais na ordem do dia para a classe trabalhadora. Portanto, é urgente que as organizações marxistas incorporem essa pauta em seus programas e estratégias, que devem responder à principal ideologia burguesa nesse tópico: a ideia de que seria possível um capitalismo verde.

O capitalismo verde, captura de carbono e colonização espacial: mentiras burguesas

O capitalismo verde, também conhecido como capitalismo sustentável ou ecocapitalismo, é uma abordagem econômica que tem em vista integrar princípios de sustentabilidade ambiental sem fugir da lógica principal do sistema capitalista: a busca incessante pela maximização do lucro. A ideia central é que a busca pelo lucro e pelo crescimento econômico (em um sistema finito e fechado como o Planeta Terra) pode coexistir com a proteção do meio ambiente, mediante práticas empresariais que minimizem o impacto ambiental e promovam a utilização eficiente dos recursos naturais. Este modelo defende que as empresas podem ser incentivadas a adotar tecnologias limpas, reduzir suas emissões de carbono e gerenciar recursos de maneira mais sustentável, ao mesmo tempo, em que permanecem lucrativas e competitivas no mercado. Ou seja: coisa de contos de fadas que apenas crianças de 5 anos, bilionários sem alma e cérebro e seus fãs lobotomizados pelo tempo passado no LinkedIn conseguem acreditar.

Para tentar justificar a insanidade que é pensar lucros sempre crescentes em planeta com recursos finitos, a burguesia tem buscado messias nos chamados tech-bros: homens-cis-brancos como Elon Musk e Jeff Bezos, vendidos como gênios pela mídia burguesa, apesar de serem completos imbecis imaturos que nunca trabalharam na vida, herdaram toda sua fortuna e ganham fama roubando o trabalho dos engenheiros e cientistas de suas empresas.

Esses lixos de seres humanos tentam convencer a classe trabalhadora de que a solução da crise climática passará única e exclusivamente pelo avanço da tecnologia em dois campos. O primeiro é a tecnologia de captura de carbono, um conceito bem simples: você cria uma máquina que tira os gases estufas do ar e armazena eles no solo. Isso permitira, na teoria, que você continuasse queimando combustível fóssil doidamente, sem se preocupar com transição energética, até que as forças de mercado (visto que carvão e petróleo são finitos) tornarão outras fontes de energia mais rentáveis. Essa ideia é burra por dois motivos, o primeiro dos quais é que você gasta muita energia para esse processo

de captura de carbono, então se você não tem uma matriz energética limpa, está jogando mais carbono na atmosfera do que está capturando. O que é óbvio para qualquer um que teve física no Ensino Médio e sabe que não dá para burlar as leis da termodinâmica, para os tech-bros, gurus do capitalismo decadente, é uma panaceia que salvará a humanidade. O que mostra mais uma vez que se dependesse dessas crianças de meia-idade nenhuma empresa de engenharia faria nenhum produto funcional (quem faz isso são engenheiros, não os bilionários que só servem para sugar a mais-valia dos engenheiros).

O segundo furo na captura de carbono é que isso não resolve nenhum outro problema que está causando a crise climática. Por exemplo, o que fazer com a quantidade de plástico nos oceanos? Vão tentar capturar eles também? Com qual tecnologia mágica a burguesia tentará salvar a gente? E antes que alguém pense, não: não adianta apenas pensar em reciclagem por que isso não resolve a questão dos microplásticos. Precisamos pensar em outros materiais que são menos caros e dão menos lucro para os burgueses, mas que não vão provocar uma nova extinção em massa até o final do século.

A outra menina dos olhos da burguesia é a colonização espacial: colonizaremos Marte, minerar o Cinturão de Asteroides e migrar todas as indústrias sujas para outros corpos celestes em nosso sistema solar. Fácil, né? Tirando pelo fato de que nossa tecnologia atual não possibilitaria a gente fazer tão cedo e, se não fizermos alguma mudança profunda logo, as mudanças climáticas vão matar todos nós. Para salvar humanidade da extinção precisamos pensar em mudanças sistêmicas nos próximos 20-30 anos, e essa gente falando de colonização espacial (o que não será possível nos próximos 100 anos, se sobrevivemos às mudanças climáticas).

A grande verdade é que precisamos reduzir o uso de recursos naturais, alterar a matriz energética, e pautar a economia não pela busca do lucro, mas pela busca do bem-estar da maior parte da população, o que significa mudar radicalmente nossa forma de relação com o ecossistema. Mas tudo isso é impensável para a burguesia. Todas as soluções vendidas como disruptivas por eles nada mais são que tapa-buracos que não resolvem o problema: veja os carros elétricos, por exemplo, que eliminam a emissão de CO_2 pelos veículos, mas que aumentam a mineração de lítio, a qual é altamente poluente. Mas a burguesia não consegue pensar em um mundo sem carros, nos quais as cidades são projetadas, com o transporte sendo visto como um bem-público e não uma mercadoria. Essa falta de visão dos ricos e poderosos mantém a gente preso em um ciclo de poluição.

O que fazer?

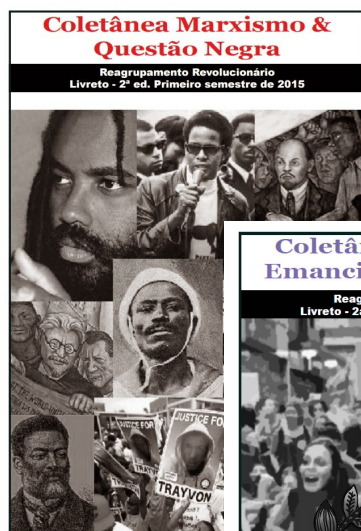
Não existe solução mágica no capitalismo e o cenário é drástico: a crise climática provocará ondas de migração, aumento de epidemias e colocará pressão nas cadeias produtivas de alimentos. Tudo isso coloca pressão na sempre frágil democracia burguesa, com o risco do surgimento de novos movimentos fascistas, que vão tentar buscar em grupos marginalizados, como LGBTs e imigrantes, os bodes-expiatórios para culpar pelas crises econômicas que inevitavelmente acompanharão as mudanças climáticas.

Os comunistas precisam de um programa internacionalista e revolucionário para responder a essa crise climática, mas o lado bom é que não precisamos re-inventar a roda: podemos ter como base todo o trabalho de Lênin, Marx, Engels, Trotsky e tantos outros revolucionários. Não estou falando de ser dogmático e achar que os escritos de comunistas já mortos são textos sagrados, mas é preciso entender que ao estudarmos a teoria marxista e a história da luta de classes, conseguimos ver que as tarefas dos revolucionários não mudou muito. Precisamos reconstruir uma organização internacional de partidos socialistas revolucionários enraizados na classe trabalhadora. Precisamos nos conectar com

as lutas dos setores oprimidos e com as diversas pautas locais do mundo, sem perder a perspectiva revolucionária internacional. Precisamos usar os sindicatos para organizar pautas coletivas. Precisamos construir autodefesas operárias e instrumentos de poder proletário. Nada disso é novo!

E o lado bom desse cenário terrível é: as mesmas pressões materiais, exacerbadas pela crise climática global, que aumentam o fascismo, também aumentam a consciência de classe e a solidariedade entre os explorados e oprimidos. Vemos isso, por exemplo, com o genocídio perpetuado pelo estado sionista contra o povo palestino: quanto mais a extrema-direita aumenta a retórica genocida para justificar os crimes cometidos pelo sionismo, mais vemos florescer ocupações e movimentos de resistência ao redor do globo. Mesmo nos EUA, o Centro do Império, estudantes e trabalhadores tem ocupado universidades em protesto contra o genocídio em curso. O mesmo se aplicará para a crise climática.

Não se trata de ser catastrofista e dizer que o fim do mundo é algo positivo, estou dizendo apenas que os mecanismos que aumentam a força da extrema-direita também alimentam a consciência da classe trabalhadora. Cabe aos comunistas participar e construir essas lutas. Não é tempo de desespero e nem de ouvir falsos messias. O capitalismo está morrendo, isso é um fato, mas a humanidade não precisa morrer com a burguesia.

- Solidariedade com os refugiados climáticos! Que os imigrantes recebam cidadania plena e auxílios para sua instalação e emprego!
- Que os governos taxem a burguesia para financiar auxílios a afetados por catástrofes climáticas (moradia, alimentação, bolsas etc)., como a no RS!
- Nacionalizar empresas petrolíferas como a Petrobrás e reverter os lucros para investimentos na mudança da matriz energética!
- Destruir o capitalismo para salvar a humanidade! Um novo mundo é possível: imagine o fim do capitalismo!

Confira também nossos livretos temáticos! Disponíveis em PDF ou com um de nossos militantes.

Acesse RR4i.ORG
ou o QR code: